

## Discurso do Conselheiro Romeu da Fonte ao tomar posse do TCE (31.07.97)

Tenho a plena consciência de que a escolha de meu nome para integrar o Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco foi marcada por características especiais que aumentam, e muito, as minhas responsabilidades.

De fato, a deliberação unânime dos parlamentares estaduais revelou o alto espírito público que atualmente preside a Assembléia Legislativa pernambucana. Como prescreve o regime constitucional vigente, o processo de votação superou, efetivamente, as conhecidas diferenciações políticas e partidárias existentes naquela Casa. Com efeito, todos os seus membros assumiram as responsabilidades perante este Tribunal e perante a sociedade de escolher um representante acima de divergências e de querelas políticas.

É verdade que a disputa no Plenário não é menos democrática, mas a escolha por unanimidade possui alguns significados específicos. Dessa forma, com muito orgulho, estou tomando posse, hoje, no cargo de Conselheiro, escolhido pela totalidade do Poder Legislativo de meu Estado e não apenas pela maioria absoluta, quorum mínimo prescrito constitucionalmente.

Ser identificado pelo conjunto da Assembléia como merecedor de seu consenso me enobrece e me honra, tornando ainda maior o meu elevado senso de dever.

Outra circunstância desse processo teve um significado especial para mim. Essa circunstância foi representada pelo desdobramento constitucional que sucede a escolha da Assembléia e que envolveu a honrosa nomeação para o cargo de conselheiro por parte do Dr. Miguel Arraes, governador de Pernambuco. É a segunda vez que uma nomeação por ele praticada imprime à minha vida um rumo diferente e definitivo. O primeiro ato, no ano de 1987, me conferiu as responsabilidades de gerir a Secre-

taria do Trabalho e Assistência Social do Estado. Também a renovação deste ato é honrosa para mim que há muitos anos, desde advogado recém-formado e cidadão militante, acompanho e admiro a vida pública do Dr. Arraes sempre dedicada à luta pela justiça social e pelos anseios da maioria carente da população pernambucana.

A opção que fiz ao me colocar à disposição da Assembléia Legislativa para representá-la neste Tribunal de Contas foi bastante amadurecida e refletida. Esta opção, em verdade, é inteiramente coerente com a minha trajetória de vida, seja na esfera privada, seja na esfera pública. Desse modo, essa opção deve ser entendida como um desdobramento e uma continuidade, jamais como uma interrupção, ou uma mudança de rumos, ainda que mudanças de rumos tantas vezes sejam legítimas e necessárias.

Há mais de 30 anos, como cidadão, advogado e político, venho militando, muitas vezes em condições adversas e arriscadas, sempre procurando contribuir para a construção de uma sociedade mais justa. Esse objetivo, infelizmente ainda distante, pode ser exemplificado pela busca por mais justiça social; por melhor distribuição da renda; por oportunidades dignas de trabalho; por democracia; pela organização da sociedade e pelos direitos dos trabalhadores.

Apesar de manter o entusiasmo do início, sei que a caminhada já vai longa. Cada passo dado guardou coerência com o passo anterior, mesmo na hora dos erros involuntários que nem sempre podemos evitar. Durante muitos anos como advogado da FETAPE, da CONTAG e dos sindicatos de trabalhadores rurais pernambucanos. Posteriormente, ocupando a Secretaria do Trabalho do Estado. Mais recentemente no exercício de dois mandatos como Deputado Estadual, inicialmente conferi-



do pelos trabalhadores rurais e que foi sendo ampliado com outros segmentos organizados, sobretudo no interior do Estado e especialmente na sofrida Zona da Mata.

Os que se dedicam à política com seriedade, como no meu caso, fazem opções ideológicas diferentes entre si. Cada partido político tem uma proposta diferente e uma visão própria sobre as prioridades na atuação do poder público e nos investimentos. Entretanto, alguns valores e princípios devem ser necessariamente comuns a todos os que pretendem administrar e gerenciar os recursos sociais.

De fato, se é verdade que a sociedade e os políticos se dividem entre várias preferências políticas e ideológicas, é verdade, sobretudo, que há um valor supremo que une a todos os cidadãos e que deve unir, na prática, a totalidade da classe política. Refiro-me à moralidade na gestão pública, ou seja, ao dever inerente a todo homem público de gerir os recursos sociais com honestidade, com impessoalidade, com critérios objetivos, com observância aos parâmetros legais, bem como eficiência e sensibilidade social na escolha das prioridades para as inversões. É claro, também, que a moralidade não se pode ser confundida com os formalismos excessivos em prejuízo dos aspectos substantivos dos gastos públicos necessários à preservação dos interesses da coletividade.

Como principais guardiões destes valores e deste reclamo social pela moralidade e pela deficiência nos gastos públicos, os Tribunais de Contas exercem papel fundamental nas democracias modernas. A sua importância na vida nacional vem crescendo ano a ano. Em Pernambuco, o TCE tem se destacado pela respeitabilidade e pela ação eficaz ao longo do tempo. É notoriamente conhecida a elevada qualificação profissional de seu corpo técnico e administrativo, bem como a atuação isenta e imparcial de seus Conselheiros, independentemente de suas origens partidárias.

Desse modo, assumo as novas funções com ânimo redobrado em retribuir a confiança recebida e em contribuir para o crescente aper-

feiçoamento do Tribunal de Contas de Pernambuco. Tenho a certeza de que contarei, nessa importante tarefa, com a contribuição da experiência dos demais conselheiros.

Confio, ainda, em poder contribuir para que o TCE, de forma crescente, desenvolva o seu objetivo de também atuar preventivamente, principalmente junto às prefeituras do interior, orientando os seus quadros dirigentes para evitar desperdícios e ilegalidades no uso dos recursos públicos, o que ocorre, muitas vezes, por despreparo funcional e não por má-fé. De outro lado, espero contribuir, também, para aprimorar os mecanismos de ação conjugada com os Poderes Legislativo e Judiciário, bem como com o Ministério Público, de modo a intensificar a rigorosa aplicação da lei e a punição severa nos casos de malversação e dolo no uso do dinheiro público.

A realidade brasileira atual evidencia e realça o papel dos Tribunais de Contas. Vivemos hoje um momento de crise nas disponibilidades de caixa em todos os níveis de governo, seja o federal, o estadual e os municipais. Apesar da sociedade clamar por investimentos públicos, geradores de desenvolvimento e de justiça social, o que vemos são os administradores com dificuldades até para prover o custeio básico dos governos e prefeituras.

Nesse quadro, o aperfeiçoamento da qualidade da gestão e da moralidade na despesa pública são elementos essenciais para sairmos do impasse presente. É evidente que a suspensão de tais dificuldades não está condicionada apenas à melhoria da eficiência nos gastos públicos e na racionalização da gestão, mas sobretudo à implementação de políticas sociais e de desenvolvimento que aproveitem as circunstâncias favoráveis decorrentes da estabilização da nossa moeda, a qual foi fundamental mas não é o bastante. É evidente que esta equação ainda não foi bem resolvida pelo Governo Central de nosso País.

Foi difícil para mim deliberar pela saída das lutas sindicais, partidárias e eleitorais, optando pelo ingresso no importante sistema de controle da gestão e das contas públicas, em

apoio ao desempenho de um dos principais deveres constitucionais do Poder Legislativo, tanto no nível estadual como no municipal.

Decidi com a consciência de que o papel de conselheiro do Tribunal de Contas também constituirá ferramenta importante para a defesa dos princípios e convicções que regem a minha vida. Com as peculiaridades e limites que o novo cargo impõe, continuarei atento aos reclamos da sociedade e do povo pernambucanos. Continuarei, diariamente, trabalhando pela construção de uma sociedade mais humana e

mais justa. Estes foram os impulsos que levaram um jovem estudante à Faculdade de Direito e que continuaram sendo a motivação de um advogado recém-formado que dedicou a sua vida à defesa dos direitos dos trabalhadores em geral, especialmente dos trabalhadores rurais pernambucanos. São estas mesmas motivações do novo Conselheiro do Tribunal de Contas de Pernambuco.

Muito Obrigado”.